

TESTES PSICOLÓGICOS E VIÉS SOCIOCULTURAL: INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO OU MECANISMOS DE REFORÇO DO SISTEMA CAPITALISTA?

Alanys Mikaelle Castro da Silva - Uneduvale - alanyscastro2002@gmail.com

Debora da Silva Novaes - Uneduvale - debora.novaes@ead.eduvaleavare.com.br

Mario de Oliveira Neto - Uneduvale - mario.neto@ead.eduvaleavare.com.br

ÁREA: Ciências Humanas

RESUMO

O presente trabalho expõe uma revisão narrativa da literatura referente à indagação do uso dos testes psicológicos como ferramenta do Sistema Capitalista, reduzindo o indivíduo a patologização, culpabilização do mesmo e segregação social, tendo como finalidade o lucro no campo laboral. Assim sendo, a pesquisa tem por objetivo verificar como a avaliação psicológica atua no desenvolvimento da alienação sociopolítica do sujeito a partir de escores dos testes. Nesse cenário apresenta-se o psicólogo como mediador do processo da rotulação dos desajustados e adequação deste às normas e padrões socialmente aceitos. O alinhamento literário esteve dialogado entre a teoria da Psicologia Histórico Cultural (PHC), tendo por princípio o ser humano historicamente situado e culturalmente determinado. As plataformas usadas para buscas dos dados foram o Google Acadêmico, portal Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) e Periódicos de Psicologia (PePsic), utilizando como descritores “avaliação psicológica”; “psicometria e capitalismo”; “crítica”; “testes psicológicos” e “psicologia histórico cultural”. A seleção e exclusão dos materiais se deu a partir dos que estavam condizentes com a temática, com acesso público e em português, destaca-se a escassez de estudos relacionados com a mesma, o que percebe-se a importância e necessidade de debater tal assunto e mesmo a ampliação para outras áreas do conhecimento, visto que engloba toda a sociedade e como essa se organiza.

PALAVRAS-CHAVE: Testes Psicológico; Capitalismo; Psicologia, Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Os testes psicológicos são instrumentos padronizados utilizados para avaliar aspectos do funcionamento psicológico de um indivíduo, como traços de “personalidade”¹, habilidades cognitivas, aptidões e estados emocionais. Como afirma Hutz (2015) eles são desenvolvidos com base em critérios científicos e metodológicos rigorosos, garantindo validade e confiabilidade, esses testes possuem certas características como a padronização, objetividade, fidedignidade e validade. Porém, até que ponto esses testes são realmente efetivos e possuem a capacidade para interpretar o indivíduo em sua totalidade?

Seguindo isso, a própria história da psicologia no Brasil tem como um marco os avanços dos testes psicológicos, em uma perspectiva de mensuração da aptidão e vocação, visualiza-se no uso da orientação educacional e profissional (Scheeffer, 1968). Enquadrando e reduzindo o indivíduo a escores e campos ao qual ele seja mais lucrativo, de modo que haja a produção de uma população qualificada e barata a cada setor do mercado de trabalho, setorizado e individualizando, seguindo assim o modelo econômico como modo de funcionamento social.

Destaca-se que é destinado ao psicólogo “utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento” (Brasil, 1964). Evidencia-se “soluções de problemas de ajustamento”, nessa linha percebe-se a padronização do ser humano e sua adequação às regras para uniformizar o seu funcionamento perante ao sistema capital.

Nessa perspectiva, o presente estudo teve como objetivo analisar como a utilização dos testes psicológicos está fundamentada em uma estrutura social capitalista e reducionista, ao qual desconsidera a subjetividade. Essa que em síntese, o indivíduo é desenvolvido a partir das suas experiências social e cultural (Bock, 2002, p. 28), ademais discutir como a psicologia foi e é um instrumento de opressão e segregação.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de revisão narrativa da literatura - “são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual” (Rother, 2007, p. 1). Tendo como base de dados a plataforma do Google Acadêmico; Portal Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) e Periódicos de Psicologia (PePsic). A busca e seleção dos materiais foi guiada a partir dos seguintes critérios de inclusão: artigos em português, acesso público e que estivessem relacionados à temática da pesquisa, pontuando 5 artigos e legislações federativas. Foi utilizado como descritor “avaliação psicológica”; “psicometria e capitalismo”; “testes psicológicos” e “psicologia histórico cultural”. Não foi destacado um recorte temporal devido a baixa em estudos relacionados com o tema, o que verifica-se como um aspecto fundamental a relevância do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como supracitado, os testes visam a padronização, pode-se entender que indivíduos são avaliados pelas mesmas condições. Seguindo esta linha, Bock (2007) enfatiza que as concepções ideais de saúde e normalidade são influenciadas pelos valores morais da cultura dominante, onde aquilo que é diferente passa a ser algo para combater, como também entendido perante o processo patologizante desta temática que aqui é trabalhada. O diferente é visto como algo que necessita ser diagnosticado e que requer intervenção para se ter o restabelecimento de um estado considerado moralmente saudável e “normal”.

Bock (2007) cita ainda que “a Psicologia torna-se assim uma profissão conservadora que trabalha para impedir o surgimento do novo” (p. 31). Logo, tem-se esse campo do saber atuando na manutenção de normas vigentes, limitando novas formas de existência e resumindo-as a escores, onde certos profissionais da área trabalham favorecendo a classe dominante. Direcionado essa análise ao contexto do mercado de trabalho, o indivíduo em desvio ao padrão imposto moralmente pode não ser tão lucrativo. Vasconcelos; Faria (2008) enfatizam que “[...] as práticas de Saúde Mental nas organizações coexistem com uma pressão por produtividade crescente, num ambiente extremamente competitivo, no qual o indivíduo deve estar sempre pronto para mudar e se adaptar às demandas do mercado” (p. 454).

Ou seja, entende-se que a preocupação por parte das empresas para com o trabalhador não é apenas uma ação ética ou responsável, mas sim uma estratégia economicamente vantajosa. Pois perceberam que ao garantir condições adequadas de trabalho e investir na saúde mental dos colaboradores, as mesmas se asseguram de uma maior produtividade, gerando retorno financeiro e diminuindo os índices de absenteísmo e outros custos com afastamento médico. (Vasconcelos; Faria, 2008).

Verifica-se que muitas organizações só adotam medidas de saúde ocupacional por pressão legal e não por uma real valorização dos trabalhadores, um exemplo é a necessidade de implantar uma lei que obrigue a contratação de pessoas com deficiência, sob pena de multa, pois segundo a Lei 8.213/1991 Art. 93: “a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas”. (Brasil, 1991). Nessa lógica é possível ampliar para o ponto de vista de Pereira; Primi e Cobero (2003), que apresenta a importância da realização adequada no processo de recrutamento e

seleção para ambas as partes envolvidas, pois quanto mais assertivo for menor a rotatividade, maior produtividade e lucro.

A Psicologia Organizacional apresenta um discurso voltado para o bem-estar do trabalhador, mas ainda mantém e fortalece os interesses da elite. Parte de suas práticas está focada na maximização da produtividade, na adaptação do trabalhador às exigências da empresa e na seleção de indivíduos que melhor atendam aos interesses corporativos. Além de que, Pereira; Primi; Cobero (2003) descreve que o uso dos testes na seleção de pessoa tem por finalidade “avaliar características de personalidade, conhecimentos e competências do candidato, no momento em que ele concorre a uma vaga, e, por meio delas, predizer o desempenho que ele teria em atividades específicas associadas ao trabalho pretendido” (p. 85).

Quando o foco da psicologia organizacional se limita à produtividade e ao alinhamento com os objetivos empresariais, os testes deixam de ser instrumentos de compreensão humana e passam a funcionar como filtros que reforçam padrões normativos e excludentes. Para mais, indivíduos que não se encaixam em determinados perfis comportamentais, cognitivos ou até mesmo culturais acabam sendo descartados, não por falta de capacidade, mas por não atenderem aos modelos pré-estabelecidos do que seria o "colaborador ideal".

Isso cria uma falsa ideia de meritocracia, em que apenas aqueles que correspondem ao perfil esperado são selecionados e parabenizados, ou seja, por outro lado esses aspectos também podem servir para mascarar problemas estruturais do ambiente de trabalho e transferir a responsabilidade para o trabalhador, culpabilizando-o por seu fracasso ou adoecimento. Por consequência, esses mecanismos acabam gerando problemas éticos que a má utilização do teste pode causar, em exemplo, transformar-se em ferramenta de exclusão e discriminação. (Pereira; Primi; Cobero, 2003, p.84).

Sobre o enquadramento do indivíduo a psicopatologização a Scheeffeffer (1968) em “Introdução aos Testes Psicológicos” aponta esse instrumento como principal meio de pesquisa de psicólogos. No entanto, Noronha e Francisco (2002) abordam os problemas relativos ao uso da avaliação psicológica, tendo em centralidade o modo de realização e análise dos dados, destacando a falta de ética profissional. Verifica-se a visão simplista das problemáticas de cunho coletivo a individualização e culpabilização do sujeito, gerando assim mais sofrimento ao mesmo.

Visualiza-se o desenvolvimento econômico, o sistema capitalista como quebra ao feudal, sendo apoiado pela ideologia liberalista, ao qual o antropocentrismo vai na contramão da estabilidade social. Um movimento ilusório, apenas para a exploração das matérias-primas, transformando o produtor ao próprio consumidor/consumido. Observando que a historicidade e a cultura são um prisma de relevância na subjetivação na PHC, como articular com linhas de pensamentos e práticas omissivas a padrões sociais, o psicólogo se equilibra entre a dicotomia das “psicologias” e o viés moralista?

De modo diretivo percebe-se que a psicologia no seu início e ainda nos dias atuais é um meio de dominação e marginalização social. Quando direcionado à área organizacional e do trabalho verifica-se que os donos dos meios de produção são aqueles que ditam as regras diretamente e indiretamente, a classe desprivilegiada estando apenas a cargos de servir a esses bem nascidos. E como contrária se o movimento de exploração e alienação está estruturado na “ciência”? Noronha e Francisco (2002) em sua pesquisa obtiveram como resultado qualitativo que um dos motivos da crítica a avaliação psicológica seria o entendimento que os resultados dos testes seriam verdades absolutas, uma ciência absolutista.

CONCLUSÃO

A partir do discutido, compreende-se que os testes psicológicos servem como mecanismo de reforço ao sistema capital e instrumento de manutenção das estruturas de poder já estabelecidas. O uso da avaliação psicológica de modo geral, porém destacando o campo organizacional e do trabalho, representa um instrumento embasado “cientificamente” para a patologização e culpabilização do indivíduo, sendo alvo de críticas o seu uso e a própria análise do psicólogo. Ademais a dicotomia da psicologia e como essa ainda está estruturada no ajustamento do sujeito em desacordo com o padrão socialmente aceito. Ou seja, o resultado é uma Psicologia que, em vez de transformar realidades, atua na preservação do status quo, legitimando a marginalização dos que não se enquadram nos modelos pré-estabelecidos. As poucas pesquisas relacionadas à temática dificultaram o processo de coleta de dados e mesmo por hora impossibilitou a ampliação da análise, destaca-se a importância de novos estudos tendo em vista o valor social que a temática representa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EDUVALE

ISSN 26755734

20 a 24 de outubro de 2025 – Avaré/SP

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Mariade Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologias. São Paulo, 2002: **Saraiva**, 13, pp.290-306.

BRASIL. Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964. Regulamentado a Lei nº 4.119. Brasil, **Rio de Janeiro**, 1964.

BRASIL. LEI 8.213 de 24/07/1991. Art. 93, Brasil, **Brasília**. 1991.

HUTZ, Claudio Simon. O que é avaliação psicológica: métodos, técnicas e testes. Psicometria, v. 1, c. 1, p. 11-21. Porto Alegre, **Artmed**. 2015.

NORONHA, Ana Paula Porto. Os problemas mais graves e mais freqüentes no uso dos testes psicológicos. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 15, p. 135-142, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/ZkMSRfQW3ndDKjWXMsDyFYt/?lang=pt>>. Acesso em 30 de março de 2025.

PEREIRA, Fabiana Marques; PRIMI, Ricardo; COBERO, Claudia. Validade de testes utilizados em seleção de pessoal segundo recrutadores. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 5, n. 2, p. 83-98, dez. 2003 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 abr. 2025.

SCHEEFFER, Ruth. Introdução aos testes psicológicos. 2 Edição. **Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro 1968.

ROTHER, E. T.. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista De Enfermagem**, 20(2), v–vi. Disponível em; <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em 30 de março de 2025.

VASCONCELOS, A. DE .; FARIA, J. H. DE .. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3 p. 453–464, set. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/6X46nvFMKpmcLKv7HnYx76R/?lang=pt>> Acesso em 01 de abril de 2025.